Discurso de posse no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em 13 de agosto de 2014.

Inicio pelo agradecimento.

Sou grato à benfazeja saudação feita pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, fruto evidente de uma amizade já antiga, agora aliada à prazerosa perspectiva de uma fecunda convivência profissional, no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Obrigado, Walton, pelas boas-vindas!

Agradeço, igualmente, a generosa saudação do Procurador-Geral Paulo Bugarin, do Ministério Público junto ao TCU.

> *"Todas as coisas têm o seu tempo e todas elas passam debaixo do céu, segundo o tempo que a cada uma foi prescrito. Há tempo para nascer e tempo para morrer; tempo para plantar e tempo para colher o que se plantou; tempo para matar e tempo para curar; tempo para destruir e tempo para construir; tempo para chorar e tempo para rir; tempo para lamentar e tempo para comemorar; tempo para lançar fora as pedras e tempo para reunir as pedras; tempo para abraçar e tempo para manter-se longe dos abraços; tempo para procurar e tempo para dar por perdido; tempo para guardar e tempo para lançar fora; tempo para rasgar e tempo para costurar; tempo para calar e tempo para falar; tempo para amar e tempo para odiar; tempo para lutar e tempo para viver em paz."*
>
> (*Salomão. Eclesiastes. Capítulo 3º, v. 1 a 8*)

É tempo para construir; tempo para comemorar e tempo para abraçar; tempo para renovar compromissos e tempo para agradecer.

Tenho, Presidente Augusto Nardes, plena consciência da dimensão das responsabilidades do honroso cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União e da sua importância para promover e estimular as boas práticas administrativas em prol da sociedade brasileira.

Considero este momento como uma continuação – por um caminho distinto e até certo ponto inesperado – de um projeto de dedicação pessoal ao serviço público. Esse caminho teve início dezesseis anos atrás - nos quadros técnicos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pelas vias estreitas da aprovação em concurso público. E o destino acabou me conduzindo a esta Corte.

Vias estreitas que, em verdade, começaram a ser trilhadas na minha querida Bahia, Governador Jacques Wagner, 36 anos atrás. Desde a primeira infância em Salvador à adolescência vivida em Feira de Santana, maior cidade do interior baiano e porta de entrada do sertão nordestino, lá tive as primeiras − e inesquecíveis − lições de respeito ao próximo e apreço ao bem comum.

Da Bahia, meus Senhores e minhas Senhoras, muito mais do que a régua e o compasso, trago a compreensão da magnífica diversidade que marca a boa gente de nosso País, cujo mosaico de cores, credos e culturas nos ensina a necessidade de conviver com o diferente e aceitar o oposto.

Foi com esse ensinamento na bagagem que cheguei em Brasília, trazido pela minha mãe, dedicada funcionária de carreira do Banco do Brasil que havia sido para cá transferida.

Foi também o concurso público que me permitiu ingressar na carreira de Consultor do Senado Federal, onde, por mais de uma década, tive o privilégio de trabalhar no assessoramento técnico a Senadoras e Senadores, seja contribuindo com meus conhecimentos na área do Direito, seja na liderança do valoroso corpo de Consultores Legislativos daquela Casa.

Na Consultoria do Senado Federal aprendi a disciplina típica do servidor do Estado, daquele tipo de prestação de serviço ao público que não distingue partido nem convicção política, seja em método, seja em finalidade. Essa lição sempre me servirá de guia e de farol, na superação dos desafios que este momento inaugura.

No convívio do Parlamento, Presidente José Sarney, pude compreender concretamente que o diálogo e o respeito à diversidade de opinião são a essência da vida democrática e o ponto de partida dos avanços institucionais.

Ali percebi com muita clareza que é possível divergir sem hostilizar. O convívio pacífico entre posições contrárias é possível e as soluções negociadas são sempre melhores do que aquelas nascidas do confronto.

Como nos ensinou o notável professor italiano Norberto Bobbio, a *capacidade de dialogar e de trocar argumentos está na base de qualquer pacífica convivência democrática.*

O movimento de institucionalização da democracia – difuso em teoria, mas fácil de identificar, na prática – traduz o fundamento sobre o qual, estou certo, se afirmará e amadurecerá a jovem cidadania brasileira. É a base a partir da qual, com a graça de Deus, pretendo orientar meu trabalho no Tribunal de Contas da União.

A partir dessas convicções, quero dizer que apoiarei, com total empenho, um estreitamento cada vez maior da colaboração institucional que mantém o TCU com o Congresso Nacional, no seu constante trabalho de fiscalização das políticas públicas governamentais.

Ressalto, a esse propósito, a posição de vanguarda que o Senado assumiu, em recente alteração do seu Regimento Interno[1], por iniciativa do Presidente Renan Calheiros, com a revalorização de sua função fiscalizadora, no âmbito das suas Comissões Permanentes.

Trata-se de clara oportunidade aberta também a esta Corte, que poderá vir a ocupar papel de grande relevância no âmbito dessa louvável iniciativa, que irá produzir, ao longo de cada período parlamentar anual, a necessária avaliação técnico-política do desempenho governamental, a partir de conjuntos selecionados de políticas públicas.

Registro, por indeclinável dever de justiça, meu reconhecimento ao Senado Federal, pelas maciças lições de vida, pelas sucessivas e renovadas oportunidades e também pela confiança em mim depositada por três vezes, como seu representante junto ao Conselho

[1] Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, que "altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal".

Nacional do Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça, e, agora, ao votar-me membro da Magistratura de Contas da União.

É verdade que confiança não se agradece. Confiança é merecimento que se adquire dia a dia, minuto a minuto, e só pode ser retribuída pelo trabalho sério e pelo respeito duradouro.

Presto especial homenagem à minha Casa de origem, o Senado da República, saudação que personifico, em representação, à figura de seus Presidentes, cujas presenças prestigiam e abrilhantam esta solenidade: o Senador Renan Calheiros, atual ocupante do cargo, e os ex-presidentes [citar os presentes].

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Declarei durante a sabatina constitucional que entendo indispensável trabalhar, na vida profissional, com um conjunto claro e bem definido de princípios e de orientações.

Como todo e qualquer funcionário, devo submissão completa aos princípios que regem a Administração Pública. Como profissional, entretanto, agreguei crenças e convicções de caráter mais pessoal, cujo teor venho - com satisfatório sucesso - submetendo à dura prova da realidade.

Uma delas, que parece ganhar cada vez mais terreno entre os que se dedicam às ciências da sociedade, é a certeza de que são instituições fortes e sólidas, e não a mera vontade dos indivíduos, por mais bem orientada que seja, o dado diferencial que garante os avanços e freia os retrocessos, em um dado sistema político.

Sou, por isso, um parceiro entusiasmado na construção de um Tribunal de Contas cada vez mais forte, competente e adequadamente alinhado com seu desenho constitucional.

Outra, é uma irrestrita confiança no valor que tem, para quem chega, o contato com os colegas servidores mais experientes, independentemente do papel que exerçam eles no dia-a-dia da instituição.

O convívio nos órgãos colegiados ensina humildade. E a humildade é o primeiro passo para a sabedoria, como pregava TOMÁS DE AQUINO.

Chego a este Tribunal com espírito de parceria.

Ai daquele que está só, é a perene advertência do Livro de ECLESIASTES.

Com isso em mente, me coloco à disposição de todos para o intercâmbio de ideias, de pontos de vista e de concepções, ao mesmo tempo em que ofereço meu aprendizado pessoal como contribuição à cultura do Tribunal.

Peço a colaboração e a tolerância de todos os novos colegas no sentido de que me permitam usufruir de seu saber e de sua experiência, em benefício do cumprimento da parte que me cabe na Missão desta Casa.

Apesar de um ponto de vista limitado, porque ainda despido de intimidade, enxergo o Tribunal de Contas da União como Órgão que atingiu um extraordinário patamar de amadurecimento institucional e granjeou, com todo merecimento, o respeito da sociedade brasileira.

Uma Instituição que, não obstante as críticas que possa, como qualquer obra humana, merecer, tem desempenhado um papel crescentemente positivo na fiscalização do emprego dos recursos públicos.

Um Órgão que, sobretudo, tem evoluído de uma postura preponderantemente repressiva para outro modo de atuação, eminentemente mais moderno, de caráter preventivo, trabalhando com indutor de um padrão superior de comportamento dos agentes públicos, pessoalmente considerados, e da máquina governamental, como um todo.

Tão importante quanto isso, percebo que a valorização dos métodos e técnicas de boa governança pública, imediatamente derivados do princípio constitucional da eficiência, tem encontrado no TCU um defensor incansável e um formidável divulgador institucional.

Essa é uma saudável tendência que apoiarei no limite último de minhas possibilidades, estimulando o diálogo aberto com a sociedade e com os gestores da coisa pública, posição, aliás, que já tive oportunidade de colocar em prática quando integrei o Conselho Nacional do Ministério Público.

Lá, jamais perdi a oportunidade de argumentar junto aos promotores e aos procuradores que sua atuação extrajudicial, notadamente na celebração de termos de ajustamento de conduta, deveria preponderar sobre a automática e generalizada judicialização dos problemas identificados.

Imagino que algo dessa filosofia possa ser apropriável para as práticas desta Corte – se já não o foram, em alguma medida. Para fazer disso uma realidade dinâmica e vibrante, desde já convido, como oportunidade de aproximação colaborativa, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em cuja companhia muito me honrará trabalhar e com cujo concurso sei que poderei contar, no cumprimento de minhas atribuições nesta Corte.

Também aprendi com o ramo da ciência jurídica ao qual mais dediquei o meu estudo, o Direito Processual, que a adequada realização da ação estatal – seja ela legislativa, executiva ou judiciária – exige a prévia definição da regra do processo, uma vez que nada mais injusto e avesso à Justiça do que as regras voláteis, que mudam ao sabor dos humores da autoridade. Nada é mais pernicioso à segurança jurídica do que os sobressaltos das regras impermanentes.

Entretanto, Ministro Luiz Fux, não é raro encontrar ocasiões em que o agente se aferra a essa regra como se ela fosse, em si mesma, o Direito, e não apenas um instrumento entre tantos outros necessários à sua concreta realização.

Examinando a jurisprudência do TCU percebi, com satisfação, que esse espírito, por muitos denominado formalista, vem encontrando cada vez menos espaço nas decisões desta Corte.

Trata-se de panorama que considero promissor e positivo, até porque demonstra não serem isolados os movimentos de modernização que hoje avançam em muitas áreas do Tribunal. Essa feliz constatação acrescenta muito otimismo ao natural entusiasmo que sinto neste momento de chegada, e me anima a dar curso imediato à ativi-

dade jurisdicional – tarefa, entre todas, a mais nobre para os ocupantes da magistratura pública.

Aos Meus Pares, solicito humildemente o apoio que me puderem dar, no sentido de facilitar minha integração aos usos e aos valores que regem a vida desta Casa, me comprometendo, em retorno, a envidar o melhor de meus esforços para o engrandecimento do Colegiado que compomos, bem como da instituição que, de certa forma, mais evidentemente representamos junto à comunidade dos cidadãos do nosso País.

É justa a causa que pleiteia o respeito ao patrimônio público e a correta e eficiente aplicação dos escassos recursos que se constituíram a partir do esforço geral, em benefício do bem comum.

É um privilégio trabalhar em uma causa tão nobre. Desde já agradeço aos que nesse desafio puderem me valer, e peço a Deus as necessárias saúde e disposição para fazer frente a tão portentoso desafio.

Concluo, Presidente Ricardo Lewandowski, citando um verdadeiro guia para aqueles que se dedicam à judicatura, legado pelo grande Rui Barbosa, meu conterrâneo na naturalidade e na lide jurídica:

> *"Não desertar a justiça, nem cortejá-la. Não lhe faltar com a fidelidade, nem lhe recusar o conselho. Não transfugir da legalidade para a violência, nem trocar a ordem pela anarquia. Não antepor os poderosos aos desvalidos, nem recusar patrocínio a estes contra aqueles. Não servir sem independência à justiça, nem quebrar da verdade*

> *ante o poder. Não colaborar em perseguições ou atentados, nem pleitear pela iniqüidade ou imoralidade. Não se subtrair à defesa das causas impopulares, nem à das perigosas, quando justas. Onde for apurável um grão, que seja, de verdadeiro direito, não regatear ao atribulado o consolo do amparo judicial. Não proceder, nas consultas, senão com a imparcialidade real do juiz nas sentenças. Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura. Não ser baixo com os grandes, nem arrogante com os miseráveis. Servir aos opulentos com altivez e aos indigentes com caridade. Amar a pátria, estremecer o próximo, guardar fé em Deus, na verdade e no bem."*

Agradeço a todos pela paciência em me ouvir, reiterando o compromisso de contribuir para o contínuo fortalecimento do Tribunal de Contas da União, lembrado da antiga lição de que a história julga os resultados, nunca os propósitos.

Muito obrigado pela atenção!